



ACÓRDÃO Nº 599/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11837/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sra. Uildéia Galvão da Silva – Diretora Geral do Hospital e Pronto Socorro da Criança da Zona Sul.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1975/2017-MP-ELCM, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.990/994).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul. Exercício de 2015.

*Regularidade com Ressalvas. Quitação.
Recomendação. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da **Sra. Uildéia Galvão da Silva**, Diretora Geral, responsável pelo Hospital e Pronto Socorro da Criança Zona Sul, relativa ao exercício 2015, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação à Sra. Uildéia Galvão da Silva**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 10.3. **Recomendar** à atual Administração do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul que execute um planejamento prévio, ao término de cada exercício, para as suas aquisições de material hospitalar e outros de extrema necessidade ao funcionamento das atividades da área meio e fim da referida Casa de Saúde, de modo a evitar a realização de



ACÓRDÃO Nº 599/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

despesas que possam caracterizar fracionamento, evitando, desta forma, penalidades impostas por este Tribunal;

- 10.4. Recomendar** à Controladoria Geral do Estado - CGE, quando do cumprimento de seus objetivos institucionais prescritos no inciso VIII do art. 4º da Lei Delegada nº 71, de 18/05/2007, envide esforços no sentido de emitir Parecer, Relatório e Certificado de Auditoria, conforme exigência contida no inciso III do art. 10 da Lei nº 2423/96-TCE/AM, e encaminhe-os tempestivamente aos órgãos da Administração Estadual, para que façam constar em suas respectivas prestações de contas;
- 10.5. Determinar** a Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Junho de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral